

A EDUCAÇÃO COMO ESPERANÇA DO OPRIMIDO A CAMINHO DA AUTONOMIA: UMA LEITURA DA PEDAGOGIA LIBERTADORA DE PAULO FREIRE

Emmeliny de Almeida Rufino (1); Emmanoel de Almeida Rufino (2)

¹ Universidade Federal da Paraíba, emmelinyalmeidarufino@gmail.com; ² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; emmanoel.rufino@ifpb.edu.br

Resumo: A educação sempre foi vista como pórtico para mudanças em todos os âmbitos da sociedade. Nesse sentido seguem pedagogias críticas que advogam a educação como mecanismo de desconstrução das relações de dominação e exploração, apontando para os caminhos possíveis da emancipação humana em sua experiência histórica. Para tanto, advertem a importância da promoção dos sujeitos em suas capacidades de pensar o mundo e atuar nele desenvolvendo a condição humana de *ser mais*. Este é possível com nova atitude do professor, face sua atividade docente, onde deverá buscar a todo custo oferecer aos alunos a condição de problematizarem sua realidade para a emersão dela. Ainda dentro deste cenário vê-se a necessidade de se transformar a escola num palco para o desenvolvimento dos sujeitos humanos. Nessa perspectiva crítica, Paulo Freire desponta internacionalmente como um pensador *sui generis* da pedagogia crítica, especialmente quando formula sua *Pedagogia do Oprimido*. O livro, escrito durante o exílio de Freire no Chile, é a prova de que a opressão não caminha apenas pela área educacional, assim como também é dito neste artigo. Adotando essa obra como o norte metodológico de nossa análise, queremos pensar os detalhes que envolvem o pensamento freiriano no sentido da possibilidade de ressignificarmos a educação para que ela fomente a emancipação dos sujeitos em face da heteronomia das instâncias político-econômicas que costumam oprimi-los e manipulá-los. A investida nessa problemática nos posiciona num campo de estudo bastante discutido, mas cuja relevância sempre despontará nova e renovadora especialmente por considerarmos que a pedagogia freiriana nos desafia ao diálogo constante e crítico da realidade.

Palavras-chave: Autonomia, educação, oprimido, Paulo Freire, pedagogia.

INTRODUÇÃO

A educação sempre foi vista como pórtico para mudanças em todos os âmbitos da sociedade. Nesse sentido, seguem pedagogias críticas que advogam a educação como mecanismo de desconstrução das relações de dominação e exploração, apontando para os caminhos possíveis da emancipação humana em sua experiência histórica. Para tanto, advertem a importância da promoção dos sujeitos em suas capacidades de pensar o mundo e atuar nele e atentam para a necessidade de se transformar a escola num palco para o desenvolvimento dos sujeitos humanos. No âmbito da pedagogia crítica, o pensamento de Paulo Freire ganha notoriedade internacional, especialmente com a publicação de sua obra *Pedagogia do Oprimido*.

Diante desse horizonte contextual, esse estudo se dedicará a pensar os detalhes que envolvem o pensamento freiriano no sentido da possibilidade de resignificarmos a educação para que ela fomente a emancipação dos sujeitos em face da heteronomia das instâncias político-econômicas que costumam oprimi-los e manipulá-los. A investida nessa problemática nos posiciona num campo de estudo bastante discutido, mas cuja relevância sempre despontará nova e renovadora, especialmente por considerarmos que a pedagogia freiriana nos desafia ao diálogo constante e crítico (resignificador) da realidade.

METODOLOGIA

Este estudo assume uma tipologia teórica de caráter bibliográfico. Diante disso, a obra que referenciará basilamente nossa investigação sobre a problemática supramencionada será a *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987). A escolha dessa obra – para pensarmos a emancipação humana por meio da educação – se explica por sua importância no âmbito da pedagogia crítica e sua relevância no âmbito internacional, além do fato d’ela ter sido gestada num contexto histórico ditatorial, em que ideais libertários são clandestinos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 A vida e a obra se fundem: as inquietações do pedagogo Paulo Freire e o nascimento da *Pedagogia do Oprimido*

A pedagogia – que nas sociedades modernas vem ganhando uma identidade cada vez mais *mosaica*, visto os diversos rumos teóricos tomados simultaneamente à dinâmica capitalista da estrutura sócio-cultural e político-econômica – se tornou para o pernambucano Paulo Reglus Neves Freire, não só uma paixão perene, mas uma vocação. Não é por acaso que se tenha embrenhado na realidade crua do Brasil e pensado uma pedagogia com corajosa pretensão libertadora para o povo, mesmo diante do processo de ditadura militar, que, tendo início com o golpe de 1964, perseguia com voracidade os resistentes à opressão político-ideológica e cassava o direito real do brasileiro à cidadania (enquanto pensamo-la como identidade de um ser social que pensa livremente e vive em dignidade mediante os demais membros). Os rumos dos fatos históricos da vida de Freire legitimaram a autenticidade de sua luta pela restauração da autoconsciência do povo, que como classe oprimida, busca dignidade na identidade tomada.

Freire foi exilado pela ditadura que assim quis impedir que a prática pregada e exercida por ele fosse suprimida, já que, para os militares, configurava um ideal que julgavam subverter ao que consideravam bom para o Brasil. É do seu exílio no Chile, porém, que escreve a *Pedagogia do Oprimido*, obra de suma importância que bebe das preocupações já expostas anteriormente no seu livro *A educação como prática de liberdade*, e que alicerça o início da radicalização gradativa e progressiva de sua luta. O livro *Pedagogia do Oprimido* teve sua primeira edição publicada em Nova York, no mês de setembro do ano de 1970, e já em 1974, já se encontrava traduzido para o Espanhol, Italiano, Francês, Alemão, Holandês e Sueco.

2 Pedagogia do Oprimido: uma pedagogia em diálogo com a humanidade e a emancipação do humano

O pensamento pedagógico de Paulo Freire nasce e ganha estatuto de existência na promoção da práxis humana, que dentro do campo cultural, legitima sua vocação de lutar contra a emergência da situação fatalista de opressão, configurando-se, assim, como “prática de liberdade” (FREIRE, 1987, p. 9).

Todas as vezes que um modo racional de organizar a cultura humana desconsiderou a totalidade das subjetividades, excluindo a diversidade do particular, em nome de um projeto ideal, tomou formas de ideologia. A dramática desumanização no momento histórico referido desafia os sujeitos a se problematizarem profundamente. Ao descobrir, pois, do seu pouco saber de si mesmo, cada um pode (e deve) se inquietar. Propõe o autor, no entanto, que a partir desta

inquietação (importante elemento motivador), os humanos busquem as respostas imediatas nas soluções de realidade institucional, pela entrega de si mesmos à reflexão e à ação conscientes, mediatizadas, entretanto, pelo educador democrático-progressista (a quem também é profundamente direcionada as reflexões deste livro). A propósito, neste ponto Freire parece se aproximar mais de Gramsci do que de Marx, já que o pensador italiano credita confiança na possibilidade de se reverter um cenário de opressão inserindo-se no interior das instituições promotoras desse cenário. Vale lembrar que, para Marx, as mudanças sociais e a libertação dos oprimidos só se realizariam quando eles (a classe proletária) se organizassem de modo revolucionário, rompendo com o capitalismo (e suas formas de dominação) de fora das instituições capitalistas para dentro delas com a bandeira de contexto geral: “trabalhadores do mundo uni-vos”.

Seguindo Gramsci, podemos perceber que Freire crê na via oposta: é possível (sim!) reverter o cenário de dominação imposto pelo capitalismo dentro das instituições que reproduzem sua lógica: para isso, basta formar sujeitos capazes de entenderem a lógica de funcionamento do sistema e ingressarem nele de modo a semear a práxis revolucionária. A escola é um bom exemplo de como isso é possível, justamente por ser ela uma instituição social responsável pelo fornecimento do padrão sociocultural aos indivíduos (FREITAS, 2006, p. 9): pelo mesmo canal que se pode construir uma ideologia através dela, é possível destruí-la através de seus mecanismos de aculturação. Além disso, é por estar no interior do sistema que se pode melhor combatê-lo, por se poder modificar as raízes que lhe dão sustentação. Contudo, é preciso uma reserva de atenção ao fato de que todo aquele que se insira numa instituição opressiva – a fim de promover uma libertação dos que ocupam seu rol – pode ser corrompido, já que, como afirmava Freire, a desumanização não se verifica apenas nos que têm a sua humanidade roubada, mas também nos que a roubam, mesmo que de maneira distinta, distorcendo a vocação de *ser mais* (*Ibid.*, p. 30).

Paulo Freire alerta-nos para o fato de que a opressão rouba a condição humana de *ser mais*, que é fundamental para a construção de uma identidade própria e legítima. A luta pela afirmação dos homens como pessoas, portadores de identidade e dignidade, é de fato possível tanto quanto necessária, porque a desumanização, mesmo como fato histórico concreto, não é *destino dado*, pois existe como produto de uma injusta ordem geradora de violência dos opressores à condição de oprimidos, pois são promotores de uma controvérsia à própria essência humana. Nesta teia

de problemas ontológicos, só os oprimidos podem ainda libertar os opressores, revertendo esta realidade numa tarefa humanista restauradora.

O opressor, dentro do seio de sua atividade desumana, busca insistentemente não se revelar como tal, refugiando-se em ações que colocam vendas nos olhos das pessoas no tocante à realidade cruel, que é ingrediente indispensável para a continuidade da opressão. Tais ações – tão diversas em um contexto social tão complexo – transmitem uma generosidade que é essencialmente falsa e persuasiva, exposta, por exemplo, na falsa caridade do indivíduo opressor que estende a mão aos demitidos da vida sem promover, de fato, uma definitiva resolução desta situação (verdadeira generosidade), mas uma dependência do outro a si, mantendo toda a relação como está.

Vários outros problemas emergem de modo preocupante, pela potência geradora de todo este complexo situacional. Mesmo tendo emergido da situação desumana inicial, o oprimido guarda do período de dominação os resquícios do opressor (revelado em sua postura), tendendo muitas vezes a se tornarem opressores. Em outras palavras, se “de um lado, a vocação humana e a necessidade ontológica e histórica (a esperança) reclamam o resgate da dignidade e o caminho do ser, de outro, a consciência hospedeira do opressor reclama a identificação com o seu contrário” (PALUDO, 2009, p. 78). O ideal dos oprimidos é realmente de serem humanos, mas ser humano na contradição em que viveram (enquanto indivíduos dominados) significa estar na condição de opressor, pois só este tem dignidade (e, portanto, visibilidade) social; isso talvez explique os motivos pelos quais alguns sem-terra lutam pela aquisição do direito à terra: não estão preocupados com seu lugar social e com o contexto opressor que os submete à carência material, em extensão, com sua libertação, mas com a consecução de posse de terra para que assim se tornem proprietários em condição de se tornarem patrões de novos empregados, ou seja, serem opressores de outros.

Percebendo a pauta estranha imposta pelos opressores à vida dos seus antagônicos, Freire analisa o comportamento destes oprimidos que, por sua vez, os petrificam num não-reconhecimento crítico. A atuação contra esta distorção ontológica se edifica na busca pela inserção crítica (dialética entre objetividade e subjetividade) dos oprimidos na realidade opressora, busca esta veiculada na ação transformadora, numa verdadeira práxis, como reflexão e ação dos homens sobre o mundo para modificá-lo. Para Paulo Freire, os homens são seres da realização, da ação refletida. São seres do *quefazer*, diferentes, por isto mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não “ad-miram” o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo

contrário, como seres do *quefazer* “emergem” dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho (Cf. FREIRE, 1987, p. 121).

A *Pedagogia do Oprimido*, como pedagogia humanista e libertadora, revela dois momentos fundamentais de sua prática. O primeiro explicita a *práxis* dos oprimidos que vão desvelando o mundo da opressão e se comprometendo com a sua transformação. Num segundo momento, tendo sido transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser dos oprimidos e passa a ser daqueles em processo de perene libertação (Cf. *Ibid.*, p. 41). Ora, para Freire, só pode haver superação do binômio opressor-oprimido se, primeiramente, ambos os lados se reconhecerem como são, opressores e oprimidos; diante disso, a contradição desse binômio só pode ser superada para além do nível idealístico, ou seja, se houver uma radicalidade no tratamento que os sujeitos darão à situação de opressão, da parte dos opressores, não desejando permanecer como opressores (inserindo seus esforços na luta dos oprimidos), e da parte dos oprimidos, buscando processos capazes de quebrar as situações concretas de opressão, tanto as materiais quanto as espirituais, já que, para Freire, a opressão não se restringe ao nível da economia, alarga sua atuação em outros níveis como cultura e política, consolidando discriminações e dominações. A libertação dos oprimidos e dos opressores passa, portanto, por essas posturas de enfrentamento.

A relação do opressor com o oprimido é estratificada. Há uma distância abstratamente imposta pelo primeiro que busca submeter o segundo, de forma a garantir a permanência da ordem. A relação de posses entre ambos revela bem esta hierarquia ideológica. Uma grande característica desta relação é a transmissão da visão fatalista de mundo. Sendo assim, mesmo que na realidade quem oprima o faça a todo custo, apesar de que para isso, mesmo sem querer ter *mais* acabe impondo um ter *menos* aos outros, o que se legitima como verdade é que a conquista é resultado do esforço próprio, em detrimento do revés social do oprimido, fruto de sua incompetência, que, na realidade, sabemos ser apenas um construto ideológico. O determinismo imposto ideologicamente castra as possibilidades de reprodução de um futuro melhor, sem a escravidão própria da condição opressora. Este determinismo se reflete muitas vezes em frases como *Isto é da vontade de Deus* ou *A realidade é assim mesmo*, como se Deus fosse o fabricante desta ordem objetiva. Freire exorta que “a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História” (FREIRE, 1996, p. 72).

Utilizando do discurso fatalista social, a própria elite política governamental age diversas vezes com uma falsa generosidade que imprime a ideia na consciência dos “esfarrapados do mundo” de que são eles os primeiros e únicos responsáveis pela condição a que se encontram. Muitos são os políticos que distribuem pseudobenefícios, isto é, que em épocas eleitorais, por exemplo, demonstram uma falsa generosidade (ação populista) na distribuição aparentemente bondosa de bens materiais que suprem certas necessidades momentâneas de alguns indivíduos ou de um povo. Um exemplo prático é a cessão de cestas básicas e água potável. Com isto, cria-se uma dependência à elite dominadora destes que Freire chamou de demitidos da vida, indivíduos que se percebendo como inúteis e submissos, apassivam seus olhares à realidade e inibem qualquer possibilidade de revolução.

A propósito, é bastante peculiar aos que desejam manter esta ordem social se postarem com ações assistencialistas que prorrogam a consciências da realidade por parte do povo esquecido, que, por sua vez, perdendo a própria identidade de povo, torna-se assim, massa popular, mais precisamente, massa de manobra.

É a partir destas reflexões sobre a desumana condição da sociedade capitalista contemporânea, que Paulo Freire propõe uma nova atitude do professor face sua atividade docente, prática esta que, para enfrentar a complexidade dos fatos históricos, deve ser democrática e progressista, e buscar a todo custo oferecer aos alunos a condição de problematizarem sua realidade para a emersão dela.

Uma das primeiras grandes formulações pedagógicas da obra *Pedagogia do Oprimido* é a tarefa do educador ao combate à educação bancária, tão presente nas práticas educativas opressoras. Esse tipo de prática se caracteriza pela aprendizagem puramente memorística e receptiva onde há narração de conteúdos que implica um sujeito-narrador (educador) e ouvintes pacientes (educandos). A função destes “educadores” é ainda, “falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos” (FREIRE, 1987, p. 57). A tarefa destes “bancários do ensino” é ““encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. São conteúdos que configuram retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nessas falas, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbalidade alienada e alienante” (*Ibid.*, p. 57). O autor pede que reflitamos, pois, por exemplo, o que acontece em aulas de Geografia em que a seca no Nordeste é o tema central. Em se tratando de um “educador

bancário” (essencialmente descomprometido com o educando e com a verdade dos fatos), não há uma problematização da seca como um fator climático ou político, visto que estes “educadores” buscam esconder, sigilosamente, a real influência da elite no agravamento da seca (através da destruição das possibilidades de vencerem-se as condições climáticas adversas). O fato é que, com indústrias da seca espalhadas em todo o Nordeste, é mais cômodo para o educador bancário não problematizar a seca e instruir sobre sua existência como um fator negativo meramente climático.

Fortes contradições marcam este tipo de prática pedagógica. Uma delas é a forma com que estes “educadores” encaram a relação pedagógica. Eles entendem que o ensino deve obedecer a certas regras. Há uma clara percepção de que o saber é imposto, de cima para baixo, em relação vertical, numa verdadeira estratificação do saber. Quem educa deve – nesta perspectiva – manter certa distância daquele que é educado, legitimando a própria realidade opressora. Todo o esforço desta prática pedagógica visa dificultar o pensar autêntico, como também controlar a intelectualidade a um nível aceitável (para os opressores) através das avaliações de conhecimento, já que, de fato, “nenhuma ‘ordem’ opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: Por que?” (FREIRE, 1987, p. 75).

Para Freire, o verdadeiro educador “já não é o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (*Ibid.*, p. 68). As duas partes, assim, tornam-se sujeitos do processo educativo, que em comunhão, devem manter uma relação horizontal. Antes de qualquer coisa, é preciso que nesta relação educador-educando, exista a consciência de ambos de sua condição como seres inconclusos e conscientes da inconclusão. Partindo desta consciência, o educador democrático legitima-se como aquele que, consciente de necessidade de uma práxis fundamentada na problematização, fala *com* os educandos e não *para* eles, como um proporcionador das condições de superação dos conhecimentos no nível da opinião (*doxa*) pelo conhecimento epistemológico, no nível do *logos*.

A dialogicidade apresenta-se nesta obra como um elemento da *práxis* educativo-democrática de vital importância, já que participa da realidade relacional educador-educando. É ela a essência da educação como prática de liberdade. Este diálogo deve ser – como já dissemos – horizontal, feito ente homens em comunhão. Estando livre da auto-suficiência e da falta de fé nos educandos, o educador pode falar *com* eles, pois “não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. A pronúncia do mundo, não pode ser um ato arrogante” (*Ibid.*, p. 80). A

preocupação dialógica do docente deve iniciar-se sempre voltada à busca do conteúdo programático que possa ser inteligível ao educando, dando, assim, continuidade à prática. Esse processo é chamado (dentro do método de ensino de Paulo Freire) de investigação dos temas geradores. A investigação do pensar do povo deve ser feita *com* ele, que deve ser visto como sujeito do seu próprio pensar, pois a reflexão crítica sobre a própria condição de existência encaminha o homem da imersão anterior à emersão, à criticização, à inserção na realidade que se vai desvelando (Cf. *Ibid.*, p. 101-102).

Sendo seres da ação, os homens e as mulheres se diferem dos animais por terem a possibilidade de agir sobre o mundo, isto é, não são meros objetos passivos, mas sujeitos históricos. São chamados pelo autor de seres do *quefazer*. É por isso que na própria práxis revolucionária, tão importante na libertação, não deve haver a divisão entre a práxis da liderança e a das massas oprimidas, pois sendo assim, negar-se-ia ao homem esta vocação ontológica do *quefazer* (*ser mais*). Se o dominador não pode ser dialógico (pois nega às massas populares o fazer verdadeiro), os líderes do povo não devem falar para o povo, de forma a fazê-lo apenas seguir suas determinações. A liderança revolucionária como também o educador democrático não pode ser falsamente generoso, nem dirigista.

Na prática educativa antidemocrática, o opressor investe ainda, na conquista, na divisão do povo contra o povo (para manter a opressão), na manipulação e na invasão cultural. A conquista se dá quando o oprimido se torna objeto possuído e até “hospedeiro do opressor”. Para tanto, surgem até mitos que tentam que tentam cegar as pessoas quanto à necessidade da ruptura total com o sistema em prol dessa esperançosa liberdade. Mitos, por exemplo,

De que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-lo e procurar outro emprego. (...) O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica (FREIRE, 1987, p. 137).

A divisão – como instrumento de manutenção da opressão – é patrocinada fortemente na sociedade, desde as bases educacionais. Temos como exemplo a ilustre figura de Tiradentes, rotulada de inconfidente mineiro, já que buscava a união para a libertação, diferente inclusive destes outros que, com seu poder, pretendem a todo custo dividir para reinar. Problematizando-se esta situação histórica, é visível a pretensão da elite em pregar que a execução de Tiradentes foi a conquista da paz, logo, atitude justa e necessária, já que, segundo o pensamento destes,

tal revolucionário era um subversivo tentando unificar um grupo contra a ordem vigente na época. Conceitos como união e organização são perigosos à elite dominadora. Logo, é de suma importância disseminar tais interpretações carregadas de ideias persuasivas, para não possibilitar que os oprimidos vejam nos heróis a verdadeira práxis que devem tomar para si como instrumento de transformação social. Para esses opressores, é necessário, portanto, desarticular as comunidades, alienar e dividir o povo entre si. Percebe-se dentro deste problema – análoga e simultaneamente – a própria manipulação que busca anestesiá-las as pessoas para que não pensem. Por último, podemos destacar a invasão cultural como instrumento inibidor da criatividade das massas populares, já que, ao entrar no contexto cultural destes, os opressores-invasores violentam sua originalidade, em nome de suas ideologias.

CONCLUSÃO

Num mundo em que a situação de opressão das consciências impede a socialização da dignidade humana, Paulo Freire busca pensar uma pedagogia que envolva os oprimidos numa re-leitura do mundo, que dentro de um esforço crítico contínuo, restaure a identidade social perdida, erigindo uma resistência a todos os esforços do capitalismo de massificar e manipular as consciências conforme os ditames de um imaginário que visa submeter todas as esferas sistêmicas ao domínio da economia, transformando tudo (inclusive as subjetividades e culturas) em objetos mercantis.

A partir da construção de um método que promova a cultura dos educandos, libertando-os das manipulações místicas dos dominadores, Freire nos desafia a pensar a promoção da emersão definitiva – protagonizada pelos educandos – de um mundo, que antes determinado pelo fatalismo histórico dos opressores, pode se tornar aberto às possibilidades ontológicas de cada sujeito. É sobre esta vocação ontológica humana (que Freire chama de vocação do *ser mais*), abafada muitas vezes pela voraz desumanidade dos dominantes, que se alicerçará uma atividade concreta e revolucionária, que deve, pois, iniciar-se na problematização da realidade presente e caminhar por dentro da prática docente. Assim, segundo crê o nosso teórico, chegar-se-á, portanto, a uma pedagogia, que reconhecendo a necessidade de uma práxis democrática e progressista, atue *com* os educandos e não *para* eles, viabilizando a concreta autonomia dos sujeitos.

Todos esses são caminhos mais do que necessários para os nossos dias e é um equívoco grandioso imaginar que Paulo Freire está desatualizado. Sua obra está mais do que viva e os problemas que apontam estão longe de serem superados. Assim sendo, revisar seus conceitos não deixa de ser um ato desafiador: estamos diante de um autor cuja obra ganha dos anos um atestado de maturidade, pois, mesmo diante dos novos desafios, ainda tem muito a nos dizer, exigindo de nós uma cada vez mais atenta seriedade e atenção com suas propostas. Diante do capitalismo, podemos afirmar que, em Freire, encontramos um sistema teórico que aponta que não encontramos só vias de resistência, mas vias de superação, de um modo – aliás – relativamente novo face ao pensador que certamente foi seu maior inspirador, Karl Marx; isso porque Freire não só afirma, mas também mostra como é possível atacar as raízes de dominação do capitalismo através do seu interior, no caso, através da educação e, por tabela, da escola, talvez a instituição mais cara ao capitalismo em seu objetivo de se manter hegemônica. É por esses motivos que me proponho a esta revisitação do pensamento freiriano, apontando, portanto, para a necessidade de o revisarmos constantemente, tamanho o seu leque de contributos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREITAS, Alexandre Simão de. “Paidéia e cultura na contemporaneidade”. **Revista Studium**, Recife, ano 9, n. 18, p. 9-59, 2006.

PALUDO, Conceição. Educação, escola e desenvolvimento. *In*: FIOREZE, Cristina; MARCON, Telmo (Org.). **O popular e a educação**: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 65-83.